

seus deveres para com a Nação. Momentos em que todos são possuídos pela certeza, também moral, de que a sua confraternização é indispensável para que a Justiça e a Representação se alcancem, como em 1930: para que os direitos individuais, civis e políticos, sejam respeitados, como em 1945; e, enfim, para que, acima dos apetites pessoais, o bem público prevaleça, se afirme e equanimemente, entre todos, se reparta e distribua, como em 1964.

Nas Casas do Congresso Nacional. Vossa Excelência reconhecerá companheiros de todas essas jornadas. Nas duas bancadas, irmanados nos ideais que se exprimem naquelas divisas, todos nos empenhamos em coroar o ciclo, longo de 50 anos, ordenando as veneráveis instituições nacionais, de tal maneira que sejam capazes de assegurar a nós, a nossos descendentes e a todos quantos, de quaisquer origens, queiram compartilhar conosco a lei e a liberdade, a justa retribuição do trabalho e da riqueza legitimamente acumulada; o direito à representação política, livremente estabelecida; o respeito à vida, à integridade moral e física das pessoas; a supremacia do interesse geral sobre o particular e a correta aplicação da pecúnia pública no benefício de todos. (Palmas.)

O Movimento de 31 de Março de 1964, — último, por certo, do alentejado número que se inaugura no 5 de Julho de 1922 — O Movimento de 31 de Março marca o reencontro do povo com a sua unidade, isto é, com a consciência de que a distinção entre civis e militares serve, apenas, para designar a especialização e a divisão de um mesmo trabalho social e político, nunca para identificar a diversidade dos fins e dos objetivos que a Nação — que não é civil, nem militar — se propõe alcançar para todos, sem exclusões ou preterições. (Palmas.)

Isto mesmo afirmou Vossa Excelência na Mensagem que dirigiu em 5 de Julho de 1964 à guarnição do Forte: "Hoje podemos lançar a vista ao caminho percorrido e afirmar que nem a esperança, nem o sacrifício se perderam. A revolução de 31 de março renova as idéias de revolta de 1922. A guarnição do Forte de Copacabana levantou-se em 31 de março de 1964, com o mesmo ímpeto e a mesma determinação, o mesmo denodo de 5 de Julho de 1922. E a vitória que lhe sorriu agora vem carregada da tragédia da primeira derrota."

Se muitos e diversos e aparentemente antagônicos, podem ser os papéis atribuídos pela Providência a cada um dos protagonistas da vida do Estado — que é a Nação organizada pelo Direito — temos, hoje, a consciência da unidade dos fins que nos propomos atingir e pedimos a Deus que não nos separe jamais.

A Nação inclina-se diante de Vossa Excelência; e no velho soldado, recorda o glorioso ideal de seus companheiros; e se rejubila na esperança de que, aqui em nossa Pátria e agora, em nosso tempo o mesmo compromisso com a Justiça e a Democracia se realizará com a participação de todo o povo que age e quer por seus representantes que se reúnem neste Congresso Nacional. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Alves.

O SR. HENRIQUE ALVES (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, autoridades civis e militares, meus senhores, minhas senhoras. Esta é realmente a grande e invencível força dos movimentos libertatórios: os ideais que os inspiram não morrem nas lousas frias dos cemitérios que guardam as cinzas dos seus heróis.

Pouco importa que momentaneamente triunfem ou sejam derrotados. Pouco importa que, os que a eles sobreviverem, paguem caro, nas másmoras ou no exílio, o preço de sua audácia ao afrontar a arrogância do poder.

Um dia, vivos ou mortos, eles são chamados aos altares da consagração popular.

Temos, neste ano, exemplo que a muitos deve suscitar meditação: ao debruçar-se a Nação sobre os seus primeiros 150 anos de vida soberana, entre aspirações, lutas, sacrifícios, vitórias, derrotas, pobreza, fome, trabalho, progresso, todo um conjunto de vida e de História, não foram os que se acomodaram, transigiram, adularam, delataram, perseguiram, odiaram, traíram, os que o povo chamou para reconhecê-los no seu amor e na sua gratidão: foi Pedro I, que teve a coragem de romper os vínculos da submissão ao estrangeiro; foi José Bonifácio que pacientemente construiu a doutrina da Independência. Foi Tiradentes que, humilde, enfrentou os poderosos e morreu para que a sua Pátria vivesse livre.

Neste século e meio, o Brasil enfrentou as crises próprias do seu desenvolvimento. E, embora soberano, amando o Imperador tranqüilo e paternal, grato à Princesa que corajosamente apagara de nossa História a mancha da escravidão, sonhou que realizaria melhor na República os seus inquietos anseios de liberdade. Os que se agarraram ao poder imperial, morreram nos livros das bibliotecas empoeiradas. O nome que ilumina as páginas da história republicana é o daquele soldado que, embora amigo do Imperador, exercendo o mais alto posto das Forças Armadas, e, depois, até mesmo o mais alto posto do País, não se consagrou por essa vida inteira ou

pela merecida realização profissional, e, sim, por aquele impetuoso gesto que o tornou o Proclamador da República.

Mas, período a período, entre crises e erros que corroiam, sob a égide de uma Constituição teoricamente transplantada para a realidade brasileira, logo se verificou que a República não alterara a substância de nossa vida política. Os homens mudaram de Partido, os Partidos mudaram de rotulos, mas os costumes eram os mesmos, a tal ponto que Oliveira Vianna viria a assinalar:

"Não valia muito a pena deixar o Império com todos os seus vícios, com todas as suas calamidades, para irmos iniciar francamente, sob o regime republicano, uma das mais graves pestes imperiais: as candidaturas oficiais, as candidaturas protegidas pelo Governo".

As eleições eram simulacros da vontade popular. O voto a descoberto subtraía aos eleitores o direito da escolha livre de coação. E onde a coragem de muitos brasileiros dava aos candidatos opositoristas a recompensa da vitória entre perseguições de toda sorte, ela era simplesmente esmagada pelos "reconhecimentos" do Congresso submetido às ordens do poder central.

O regime tornara-se apenas uma forma de dominação ilegítima de grupos oligárquicos. Há um depoimento que Hélio Silva recolheu do Marechal Setembrino de Carvalho, ex-Ministro da Guerra, que vale ser lembrado:

"Eu, vi, muitas vezes, a espontânea subserviência com que os Governadores de Estado, os chefes de Partido e os Congressistas abdicavam de sua autonomia e de sua independência, renunciando integralmente ao direito de deliberar, só para serem agradáveis ao Presidente da República.

"Durante o tempo em que fiz parte do Governo, testemunhei este fato sintomático: nunca nenhum Estado escolheu seu Presidente ou os seus representantes no Congresso sem pedir ao Chefe do Governo da República, não apenas uma palavra de conselho, mas a palavra de ordem. Abdicando de sua autonomia os Estados pediam ao Presidente da República que lhes indicasse os nomes dos homens que deviam dirigi-los."

Desmoralizada a República nas bases essenciais da representação, não tardou que, a esse quadro, se acrescentasse outro fator de inquietação e de revolta: a utilização do Exército como instrumento nas mãos dos políticos.

O caso de Pernambuco precipitou os acontecimentos: a Guarnição pusera-se a serviço do Governo Federal no domínio aos seus adversários. Atendendo a apelo da oficialidade, o Marechal Hermes da Fonseca, Presidente do Clube Militar, prestou em enérgico telegrama contra aquela situação que colocava "nosso glorioso Exército" na "odiosa posição de algoz do povo pernambucano", e concitou o seu comandante, em nome do patriotismo e zelo "pela perpetuidade do amor ao Exército ao povo de nossa terra" a não esquecer que "as instituições políticas passam e o Exército fica". (Palmas prolongadas.)

Ao protesto do Clube Militar, seguiu-se a prisão do seu Presidente, Marechal Hermes da Fonseca. Foi o estopim do movimento revolucionário, que, falhando em vários pontos antes articulados, realçou, na grandeza do seu isolamento, a marcha para a morte e para a glória de tenentes e soldados do Forte de Copacabana.

Sr. Presidente: poucos nos separaram do meio século daquela tarde que surpreendeu a cidade do Rio de Janeiro: um punhado de soldados, tendo à sua frente três tenentes, saiu pelas ruas para enfrentar as forças organizadas do poder legal. Antes, o gesto generoso: a missão seria de sacrifício e quem quizesse deixar o Forte tinha plena liberdade de fazê-lo, sem humilhação. Duas centenas renunciaram à luta. Ficaram 20, e destes, ao começo da jornada sangrenta, alguns fraguejaram. Contra os que ficaram para morrer, quase, tudo: o Governo Federal, sob a direção de um homem voluntarioso, forte, cónscio de sua autoridade. Ao seu lado, as forças de terra e mar, a estrutura civil do poder político e do poder económico, e o próprio povo ainda não despertado para a degradação das instituições nacionais.

No desesperado itinerário surgiram apenas mínimos apoios solitários: uma mulher anônima que lhes serviu água para amenizar a sede ante o sol inclemente da tarde; a companhia inesperada e emocional de um civil, Otávio Correa, que a eles se agregou como representante espontâneo do povo; e pregado na farda um pedaço da bandeira de Brasil, momentos antes cortada a navalha e dividida comunitariamente para que, silenciados pela morte, todos pudessem saber as inspirações do derradeiro gesto.

Uma hora depois, um a um, todos tombaram. E não se há de esquecer que os que não morreram, tiveram, nos leitos do hospital, a visita pessoal do Presidente da República a cuja autoridade haviam afrontado, porque, naquele momento, maior do que ele, do que sua alta magistratura, e, reconhecamos, maior até mesmo do que seu gesto de inescandível superioridade,

era a presença de jovens capazes de doar a sua vida para que o povo alcançasse a liberdade.

É possível que os vitoriosos daquele momento se tenham inflado de orgulho no delírio do poder incontrastado. E, quem sabe: devem ter julgado, com desdém ou com pena, quão inútil havia sido o sacrifício daqueles jovens desgarrados da disciplina e da ordem. Muitos viveram, entretanto, para aprender, por eles mesmos, esta lição: quem pejeja pela liberdade não morre, transfere a outros a chama que não se apaga nas mãos caídas.

Pois, nem a saudade dos que, em 22, saíram da praia para o cemitério; nem a prepotência dos que triunfaram, e durante anos, encarceraram e perseguiram os que sobreviveram, ou os que substituíram os que morreram; nem a aparente força da estrutura social, económica e política vigente, impediram que outros se levantassem, em 24, em 26, até a vitória, em 1930, de alguns dos seus ideais.

Mas, há outras lições que a História recolhe: o ideal da liberdade ultrapassa aos homens e aos tempos!

O Presidente Artur Bernardes assumiu o Governo no rescaldo dessa inquietação militar. Tratou firme e duramente seus opositores. Manteve dezenas deles encarcerados e deportados. Mas, isto não impediu que, sete anos depois, ordenante e vítimas estivessem alinhados nas mesmas frentes, reclamando pelas armas, em 30, a vitória da representação e da justiça esbulhada nas eleições presidenciais. Nem que, em 1945, quando o único soldado sobrevivente no Forte de Copacabana, Brigadeiro Eduardo Gomes, (Palmas) se candidatasse à Presidência da República, tivesse a seu lado, como um dos líderes da campanha, o mesmo Presidente que, menos de um quarto de século antes, o mantivera encarcerado, e contra cuja eleição ele se levantara, de armas nas mãos, e deixara, na praia de Copacabana, o próprio sangue.

Um outro exemplo podemos recolher no tempo e nas posições assumidas: tanto em 45 como em 50, o herói daquele 5 de julho se dirigiu diretamente ao povo para lhe pedir o voto, reafirmando a fidelidade aos ideais de 22 e reconhecendo que seu mandato só se legitimaria com a soberana manifestação popular. (Palmas.)

Sr. Presidente, há poucos dias o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes participava da comunhão eucarística, em meio ao ofício religioso pela alma da esposa do Presidente Bernardes.

Por quem rezava o soldado envelhecido e legendário?

Pelos outros — seus companheiros — que viu morrer, em 22, na luta cruenta para impedir a eleição daquele Presidente? Por tantos outros — seus

companheiros de prisão — que nos anos seguintes, viu morrer sonhando pela liberdade? Pela alma do próprio Presidente que, anos depois, com ele, lutou pelos mesmos ideais de restauração democrática? Por ele próprio, em ação de graças a Deus que o conservou vivo para dar o testemunho de suas aspirações de sua coragem, de seus eros, de suas esperanças?

Quem pode saber? Naquela presença interior e quieta qualquer curiosidade é impenetrável. Mas, há nela, na sua unção silenciosa, algo de explícito, de lúcido, de evidente, de exemplar, de imperioso, de incontestável: se o rebelado de 22 juntou seu ombro, em 30, ao daquele contra quem se revoltou; se o poderoso de 24 apoiou e lutou em 45 para fazer da vítima um dos seus sucessores na honrosa seqüência da vida republicana; se, na nave acolhedora da Igreja, os pés que calram feridos na praia, em 22, caminharam, embora já cansados pela idade, para a Mesa da comunhão do amor, à face de Deus, e esquecidos agravos, sangue e ódios que os separavam há meio século, não é porque a vida dos homens seja um cenário de máscaras que se renovam ou contradicções. Antes, todos esses episódios devem constituir uma advertência, severa advertência, profunda advertência:

— aos que, em qualquer tempo, exercerem o poder triunfante e negarem ao povo as liberdades essenciais;

— aos que repetirem, no tempo, os erros, as injustiças, as crueldades do passado, em nome das aparências da ordem.

— aos que procurarem pela agitação irresponsável e destrutiva dividir os brasileiros e tentarem fazê-los esquecer dos sacrifícios e das perdas do passado, importando apenas uma luta permanente por objetivos obscuros;

— aos que se supuzerem com o privilégio de dividir irmãos entre os que não terão a graça de sobreviverem como o leite da ternura comum;

— aos que vierem a subtrair do poder a sua alta função de bem servir a todos, pensando transformá-lo num pelourinho em que, sem defesa, venham a ser punidos os que acreditarem na democracia como a única forma de viver dignamente num país soberano e feliz;

seja-nos permitido — humilde voz de uma geração nova e perplexa que madruga para a vida pública, apagando na alma cicatrizes e iluminando, nela, pacientemente, ainda, algumas esperanças — dizer-lhes com o livro aberto do meio século de vida brasileira — seus sonhos, suas rebeldias, seu sangue, sua vocação democrática, sua força estuante e invencível — esta última lição: no coração

do povo e no respeito da posteridade, somente se eternizam, para honra e glória das gerações que se sucedem, os que lutam e sofrem para servir a democracia e a liberdade!

Esta, Senhor Marechal-do-Ar Eduardo Gomes, é mais uma palavra da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado. (Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra a S. Exa., o Sr. Marechal-do-Ar Eduardo Gomes. (Palmas prolongadas.)

O SR. EDUARDO GOMES (Pronuncia o seguinte discurso) — Senhor Presidente do Congresso Nacional, Senhores Ministros, Senhores Congressistas, altas autoridades civis e militares, Senhoras e Senhores, bem sei, senhores parlamentares, que a presente homenagem, em todo excepcional, não se dirige ao cidadão e ao soldado a quem concedeis a honra de falar neste recinto.

Reuniram-se em sessão solene as duas Casas do Congresso para comemoração especial; exprimir um dos Poderes soberanos da União o sentimento comum dos seus membros na evocação e na análise de fatos incorporados à nossa história política; ouvir-se a voz autorizada dos representantes dos Estados e dos mandatários do povo, uns e outros órgãos da vontade nacional; confraternizarem-se os partidos na mesma exaltação generosa — tudo indica a verdadeira significação desde ato cívico, em memória de militares idealistas e inconformados que sacrificaram a vida para exemplo de repúdio e reação aos erros acumulados na decadência da 1.ª República.

Se esse preito obedeceu a um impulso de justiça que enaltece os vossos propósitos, não foi justiça e sim benevolência o que inspirou vossos insígnis oradores — o Senhor Magalhães Pinto e os Deputados Célio Borja e Henrique Alves, em relação ao modesto concurso que a Providência me consentiu prestar, na carreira das armas e fora dela, aos superiores interesses do país e da democracia.

Só vos direi, ao peso dos anos, que espero concluí-los com a mesma devoção aos princípios que me nortearam desde o começo. Persisto em crer que só a liberdade cria valores estáveis no mundo moral e nas realizações materiais de que dependem o bem-estar e o desenvolvimento de um povo. Cada vez mais me capacito de que só a educação redime, orienta e comanda, e confio que, ao influxo dela, as novas gerações, leais à pátria e ao seu destino, velarão tanto mais pela paz interna e pela segurança do país quanto mais o amor dele e de suas tradições as prepara contra as

surpresas e as insídias de ideologias incompatíveis com o caráter e o sentimento dos brasileiros. (Palmas.)

Ao retribuir, em igual medida de afeição, as provas de estima que me são dadas, confesso, profundamente agradecido, que as recebo como inesperado prêmio à fé e à constância de quem humildemente consagrou toda a existência ao serviço da Nação. (Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Sou sumamente grato às Exmas. Autoridades e Exmas. Famílias que aqui estão, solidárias conosco na exaltação aos bravos de Copacabana e as convido a comparecerem ao Salão de Recepção do Senado Federal, onde S. Exa. o Marechal-do-Ar Eduardo Gomes receberá os cumprimentos de todos.

Está encerrada a sessão. (Palmas.)
(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 10 minutos.)

ATA DA 58.ª SESSÃO CONJUNTA EM 28 DE JUNHO DE 1972

2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. RUY CARNEIRO

As 19 horas, acham-se presentes os Srs. Senadores:

José Guionard — Geraldo Mesquita — Flavio Brito — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Petrônio Portella — Helvidio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Jessé Freire — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Paulo Guerra — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — Amaral Peixoto — Paulo Torres — Vasconcelos Torres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Mattos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos — Leônir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin — Tarso Dutra.

E os Srs. Deputados:

Acre

Joaquim Macêdo — ARENA; Nossier Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB;

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Leopoldo Peres — ARENA; Raimundo Parente — ARENA; Vinicius Câmara — ARENA.

Pará

Américo Brasil — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; João Menezes — MDB; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA; Stélio Maroja — ARENA.

Maranhão

Américo de Souza — ARENA; Eurico Ribeiro — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Henrique de La Rocque — ARENA; João Castelo — ARENA; Nunes Freire — ARENA; Pires Saboia — ARENA.

Piauí

Dyrno Pires — ARENA; Heitor Cavalcanti — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA; Severo Eulálio — MDB; Sousa Santos — ARENA.

Ceará

Alvaro Lins — MDB; Edilson Melo Távora — ARENA; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Hildebrando Guimarães — ARENA; Januário Peltosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Leão Sampaio — ARENA; Manoel Rodrigues — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Ozires Pontes — MDB; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Djalma Marinho — ARENA; Grimaldi Ribeiro — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Alvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Cláudio Leite — ARENA; Jandulhy Carneiro — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Petrônio Figueiredo — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Etelvino Lins — ARENA; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Maga-